

# CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

## AS RESISTENTES NA SOMBRA



▼ **Cultura** Sócios (e sócias) da Casa dos Estudantes do Império, em abril de 1963, numa sessão de jazz. A programação cultural era um dos atrativos da associação

Pela Casa dos Estudantes do Império, a associação de apoio aos jovens “ultramarinos” a estudar na “metrópole”, que se tornou uma dor de cabeça para o Estado Novo, passaram grandes figuras da luta pela independência das antigas colónias. Mas essa é apenas a face mais visível da história da instituição, que também era frequentada por uma minoria de estudantes do sexo feminino. Mulheres invisíveis, que desafiaram a sociedade bafienta da época e que fizeram revoluções

— POR VÂNIA MAIA

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO/ CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (ASSOCIAÇÃO)



**BOLSA DE  
INVESTIGAÇÃO  
GULBENKIAN**

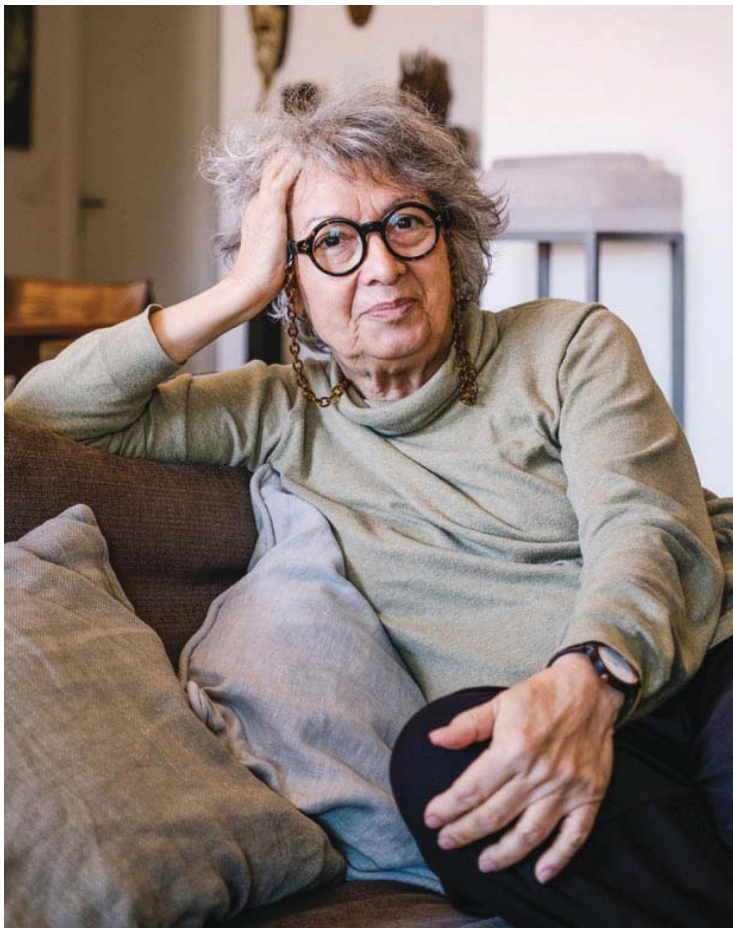
# S

“Sei que vais à Casa dos Estudantes do Império, antro de comunistas e sítio de vida fácil para as mulheres.” Talvez a memória a esteja a trair. Talvez não tenham sido exatamente estas as palavras escritas pelo pai. Mas, seis décadas depois, a angolana Maria do Céu Carmo Reis não tem dúvidas quanto às recriminações. Cita-as de cor. Era já demasiado tarde quando a carta paterna lhe chegou às mãos. O “encantamento” com a Casa dos Estudantes do Império (CEI) tornara-se irreversível. “Fui assistir a um recital de poesia. Ouvir todos aqueles poemas era de uma tal beleza, de uma tal exaltação... Nunca mais deixei de lá ir”, recorda na sua casa em Luanda. Quando começou a frequentar a CEI, no final de 1961, a então estudante de Medicina tinha 18 anos. Hoje, tem 80.

“Portugal é um só e a Casa do Império, fundada por rapazes, alimentada por rapazes e seguida com entusiasmo, será o grande prolongamento da nação”, proclamava o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, aquando do anúncio da criação da CEI, em 1944 (*ver caixa: A Liberdade Passou por Aqui*). À partida, as estudantes do sexo feminino pareciam excluídas da agremiação, mas não seria assim. Ainda que fossem uma “minoría absoluta”, nota a historiadora Helena Wakim Moreno, várias mulheres participaram ativamente na CEI, ao longo das suas duas décadas de existência (1944–1965), fosse na sede lisboeta, onde representavam 21% dos sócios, fosse nas delegações de Coimbra (23%) e do Porto (12%). Em 1960, a sede da CEI somava cerca de 600 associados, a cantina servia perto de 200 refeições diárias e viviam 14 estudantes (do sexo masculino) no lar patrocinado pela organização.

As protagonistas destas páginas pertenciam às últimas gerações que viveriam a CEI. São valorizados os seus testemunhos, em detrimento de outras mulheres importantes com quem já não

DIANA TINOCO



foi possível conversar. Ao todo, entrevistaram-se perto de duas dezenas de antigas frequentadoras da CEI.

Maria do Céu Carmo Reis deixou a cidade de Silva Porto (Cuíto), capital da província do Bié, em outubro de 1961. Antes da partida, o pai concedeu-lhe a emancipação legal, “ficando assim habilitada a reger a sua pessoa e bens como se fosse maior” – naquela época, atingia-se a maioridade aos 21 anos e apenas o patriarca, enquanto chefe de família, podia emancipar os filhos.

Só quando o avião aterrou no aeroporto de Lisboa sentiu as lágrimas se soltarem. Agora, era mesmo verdade. Angola tinha ficado para trás. O curso de Medicina fora-lhe imposto pelo pai, um português branco bem posicionado na administração colonial. A mãe era angolana e mestiça. “Com a tua cor, e nesta sociedade, só podes tirar Direito ou Medicina”, dissera-lhe o patriarca. “Achava que só com aqueles cursos uma mestiça ascenderia socialmente”, justifica.

Apesar de estar a mais de seis mil quilómetros de distância de Bié, a dura realidade angolana ecoava nas paredes da sede da CEI. “Angola tem de ser independente”, pensava, obsessivamente. Maria do Céu abandonaria a “metrópole” em setembro de 1962, em direção a Paris, para se juntar à luta pela libertação. Menos de um ano depois, a polícia política emitiria um mandato de captura em seu nome. A associação estudantil

volvava a revelar-se, assim, uma “casa dos estudantes contra o império”, como a apelidou a historiadora Cláudia Castelo. Contudo, a professora da Universidade de Lisboa esclarece que muitas das pessoas que frequentavam a CEI não defendiam “qualquer pensamento antirregime”. A angolana Sinclética Torres (1928–1991), por exemplo, a primeira mulher negra deputada em Portugal, foi uma das responsáveis pela secção feminina da delegação de Coimbra e teve assento na Assembleia Nacional, entre 1965 e 1974. “Aqueles que tinham uma consciência política anticolonial ou que a foram construindo na CEI, e não só, provavelmente, eram uma minoria” – mas muito ruidosa.

## A DANÇA DOS BILHETINHOS

“O ambiente estava animado, mas não tinha ainda chegado ao rubro. Isso só depois da meia-noite. Havia talvez uma centena de pessoas no salão, metade dançava. [...] O baile era pretexto para as pessoas se encontrarem, refazerem amizades.” É com estas palavras que o escritor angolano Pepetela, antigo sócio da CEI, descreve, no romance *A Geração da Utopia*, uma festa na associação. Sara, a protagonista ficcional, é angolana, branca, filha de “comerciante rico” e estudante de Medicina – um perfil comum dentro da Casa. “Na minha época, as mulheres tinham pouca participação visível na CEI, exceto nas confraterniza-



FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO / CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (ASSOCIAÇÃO)

**RUTE MAGALHÃES**  
79 ANOS – ANGOLA

Num almoço de confraternização na CEI, em 1962 (à frente e à direita), e, atualmente, em sua casa, no bairro de Campo de Ourique, Lisboa

## A Casa era como uma porta aberta para conhecer a realidade dos nossos países durante a colonização

MARIA DA LUZ “LILICA” BOAL,  
89 anos



ções. Ficavam arredadas para segundo plano na atividade cultural, associativa e política. Era um ambiente muito machista, aos meus olhos de agora”, admite o escritor à VISÃO.

Os concertos dos Ngola Kizomba, banda composta por sócios da Casa, eram garantia de uma noite bem passada. “Ali, descobria-se o corpo na dança. E o prazer que isso dava!”, regozija-se Maria do Céu Carmo Reis, em tempos companheira de Artur Pestana dos Santos (nome de batismo de Pepetela).

A alegria da música africana nas festas da CEI contrastava com a tristeza do cântico que a angolana trazia na memória, desde os tempos em que o pai fora administrador civil na região de Andulo. “Era uma zona de trabalho forçado, e os trabalhadores cantavam a caminho das grandes roças de café. Lembro-me de o cântico ser extremamente triste”, descreve. Era comum estes trabalhadores nem sequer receberem o baixo salário, absorvido por despesas de alojamento e de alimentação. “A continuidade de práticas, num primeiro momento, análogas às da escravatura, e, num segundo momento, de coerção no recrutamento de mão de obra, transformou-se num dos principais instrumentos dos movimentos de libertação nacional para denunciar o colonialismo”, contextualiza o historiador Miguel Bandeira Jerónimo, coorganizador do livro *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas*



## A liberdade passou por aqui

*Em vez de contribuir para o “triumfo do espírito português”, a associação de apoio aos estudantes dos territórios colonizados tornou-se um embaraço para o regime*

No início dos anos 40, o desamparo dos jovens “ultramarinos” à chegada a Portugal levou-os a criar várias “casas de estudantes”, organizadas de acordo com a proveniência geográfica. A 3 de julho de 1944, o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, anunciou a unificação de todas as agremiações, durante uma visita à Casa de Angola. O então comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano, tornou-se presidente honorário da organização – que lhe causaria “a maior desilusão”. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) começou a funcionar na Rua Praia da Vitória, 1, junto ao Arco do Cego, em outubro de 1944, e, no mês seguinte, mudou-se para a Avenida Duque D’Ávila, 23, também em Lisboa. Foram igualmente criadas delegações em Coimbra (1945) e no Porto (1959). A missão era comum: oferecer programação cultural e desportiva aos sócios e prestar-lhes “apoio social”, através de bolsas de estudo ou de outros serviços. A sede lisboeta, por exemplo, dispunha de biblioteca, refeitório, lar residencial (noutro edifício) e posto médico. Inicialmente, eram sobretudo os filhos de colonos e de funcionários da administração colonial que frequentavam a CEI. O número de estudantes negros aumenta progressivamente. A (relativa) viragem democrática da Casa dá-se logo em 1945. A partir dessa data, as direções da associação tornam-se cada vez mais antifascistas e, mais tarde, anticoloniais. A PIDE começa, desde cedo, a vigiar a CEI, estando atenta às movimentações de sócios que se destacariam nos movimentos de libertação. Vários associados serão, após as independências, primeiros-ministros, como o angolano Fernando França van-Dúnem ou os moçambicanos Pascoal Mocumbi e Mário Machungo; outros ascenderão à Presidência da República: são os casos de Joaquim Chissano (Moçambique), Pedro Pires (Cabo Verde), Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe) ou Agostinho Neto (Angola).

> **Celebração** Sócios da CEI (em cima) celebram o 18.º aniversário da associação, em 1963. Na mesma ocasião, posa um grupo mais pequeno (à esq.), em que estão as entrevistadas Aida Freudenthal e Rute Magalhães. Convívio na sede (à dta.) em 1964/1965

*Coloniais, Conexões Transnacionais* (Edições 70), juntamente com Cláudia Castelo. O recrutamento coercivo de mão de obra só seria formalmente suprimido em 1962.

Maria da Luz “Lilica” Boal, de 89 anos, ainda assistiu à emigração forçada, motivada pela fome, de cabo-verdianos para São Tomé. Além disso, ter crescido junto ao campo de trabalho do Tarrafal, na ilha de Santiago, foi “um grande alerta”. A CEI faria o resto: “Ahl, aprendi muito. A Casa era como uma porta aberta para conhecer a realidade dos nossos países durante a colonização. Foi uma grande escola de consciencialização do nacionalismo africano”, sintetiza, no seu jardim, na cidade da Praia. A associação deixou-lhe, igualmente, memórias no palato... “A cantina servia uma sopa de feijão que era uma maravilha!” A cozinheira, igualmente cabo-verdiana, era carinhosamente chamada Mamã Domingas.

Lilica Boal começou a frequentar a sede da CEI em 1959, mas abandonou clandestinamente o País, antes de terminar o curso de Histórico-Filosóficas, integrando a Fuga dos Cem, em 1961 (ver caixa: *Salto para a Independência*). Trabalharia de perto com Amílcar Cabral, sendo diretora de um dos seus projetos mais queridos, a escola-piloto do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), na Guiné-Conacri. Além de ter sido deputada e de ter trabalhado nos ministérios da Educação guineense e cabo-verdiano, seria uma das cofundadoras da Organização das Mulheres de Cabo Verde.



## Os anos do desassossego

*Ao longo das duas décadas de existência da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), foram muitos os confrontos com o Estado Novo*

1944

Fundação da Casa dos Estudantes do Império (CEI). A partir de novembro, a sede instala-se na Avenida Duque D’Ávila, nº 23, em Lisboa. A delegação de Coimbra é criada no final do ano e entra em funcionamento em fevereiro de 1945.

1945

1946

Vários dirigentes da CEI apoiam o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e integram o MUD Juvenil. A PIDE fica atenta. É lançado o boletim cultural *Meridiano*, editado pelos estudantes de Coimbra até 1953. No ano seguinte, a PIDE invade a sede lisboeta.

1947

1948

Líderes e sócios da Casa, próximos do MUD e do MUD Juvenil, apoiam a candidatura do general Norton de Matos à presidência da República. A CEI de Lisboa começa a publicar a *Mensagem*, impressa de forma irregular até 1964.

1949



FOTOS: FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO/ CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (ASSOCIAÇÃO)



Muitos só apareciam na CEI em dias de festa, incluindo “metropolitanos” curiosos. Habitualmente, as raparigas chegavam acompanhadas dos namorados ou de familiares do sexo masculino. Havia grupos de mulheres que arriscavam ir juntas, mais raramente alguma delas entrava sozinha. Os “jantares dançantes” funcionavam como chamariz para angariar fundos e novos sócios. As celebrações de datas especiais faziam da CEI a família possível, mas, de vez em quando, também havia discussões e até cenas de pancadaria, por motivos passionais ou políticos.

Mesmo entre sambas, merengues e tangos, circulavam bilhinhos. “Às vezes, eram indicações para ir a determinada rua distribuir panfletos, imagino que fossem do PCP. Quando chegava esse dia, saía cheia de medo, mas lá ia”, revela Ana Maria Cabral aos 82 anos, viúva de Amílcar Cabral há meio século. As conversas mais sigilosas, por vezes, decorriam na biblioteca, durante as festas. Trocavam-se informações que chegavam de amigos no estrangeiro e, claro, comentava-se toda a espécie de rumores. A Casa, porém, não se reduzia a farras e a comezainas.

A programação cultural e desportiva era outro dos atrativos, ainda que nem sempre a participação dos sócios fosse em número suficiente para agradar à organização. Os escritores Jorge de Sena e Urbano Tavares Rodrigues, o poeta Alexandre O’Neill, o historiador José-Augusto França ou o arquiteto Keil do Amaral foram alguns dos conferencistas convidados. Os próprios sócios assumiam o lugar de palestrantes, como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade ou Alfredo Margarido. Era raro as mulheres terem honras de tribuna; uma das exceções foi a escritora e jornalista angolana Lília da Fonseca.

A criação da secção de Estudos Ultramarinos, em 1958, contribuiu para



## Por ser mulher, não pude separar-me, apesar de todas as ofensas acontecidas no meu casamento

MARIA EDUARDA CORREIA,  
80 anos

aproximar os sócios de África e alimentou a perspetiva anticolonial. “Não era só eu, por ser filha de brancos, mesmo os negros e os mestiços diziam conhecer mal a sua terra”, garante a moçambicana Aida Freudenthal, de 83 anos, assídua a partir de 1962, enquanto cursava História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A geografia africana, a História da colonização e os problemas político-sociais, como a segregação e o racismo instituídos, eram alguns dos temas abordados pela secção, criada após a Casa ter estado sujeita a uma Comissão Administrativa (*ver cronologia*). A CEI proporcionava quase um curso em paralelo aos mais interessados no continente africano.

A literatura desempenhava, igualmente, um papel “subversivo” [*ver caixa: Mudar A(s) História(s)*]. John Steinbeck, Alves Redol ou Érico Veríssimo eram alguns dos autores que constavam da biblioteca, e também circulavam publicações proibidas. A guineense Ana Maria Cabral leu na sede *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado, com a máxima discrição. “Não me deixavam levar o livro para casa, nem pensar! Diziam-me que

1950 | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958

A secção dos estudantes da Índia recusa subscrever um manifesto de repúdio às declarações do primeiro-ministro da União Indiana, Jawaharlal Nehru, hostil à presença portuguesa em Goa, Damão e Diu. A PIDE acusa a CEI de ser “um antro da oposição e de criptocomunistas”.

Sob o pretexto de irregularidades fiscais, os ministérios do Ultramar e da Educação Nacional impõem uma Comissão Administrativa à sede da CEI, que perde, durante cinco anos, a liberdade de eleger os dirigentes, ficando a gestão a cargo da Mocidade Portuguesa.

A Comissão Administrativa é alargada à delegação de Coimbra, que, tal como a congénere lisboeta, vê a atividade cultural limitada a “nada contra a nação, tudo pela nação”.

Grupos de sócios envolvem-se nos protestos contra o Decreto 40 900, do ano anterior, que tinha como objetivo estrangular a autonomia das associações académicas. A Comissão Administrativa é exonerada, mas a CEI fica obrigada a apresentar novos estatutos, reforçando a sua neutralidade política e deixando de estar organizada em secções, segundo a proveniência geográfica dos estudantes.

**ANA MARIA CABRAL**  
82 ANOS – GUINÉ

A viúva de Amílcar Cabral não se sentia bem-vinda em Lisboa e foi alvo de vários episódios de racismo. No início dos anos 60, escapuliu-se de Portugal

tinha de ir lá às tantas horas, se quisesse ler mais umas páginas”, conta, na cidade da Praia. Foram os irmãos mais velhos que lhe apresentaram a CEI, na segunda metade da década de 50. Quando lá entrou, a estudante de liceu já tinha perdido a inocência quanto ao regime. Ouvia falar do PAIGC, pela primeira vez, dentro da associação.

Ana Maria não se sentia bem-vinda em Lisboa. “Chamavam-me todas as coisas. Diziam-me: ‘É preta, mas é bonita.’ Ficava furiosa. Havia um jogador de futebol chamado Matateu, então gritavam-me: Matatual!”, recorda a antiga embaixadora de Cabo Verde. Assim, em 1962, pouco tempo depois de se casar, escapuliu-se de Portugal. Acabaria por divorciar-se, em meados dos anos 60, após o marido se tornar violento. E partiu da Checoslováquia – onde foi vice-presidente da secção daquele país da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN) – para a Guiné-Conacri, juntamente com o primeiro filho, integrando as fileiras do PAIGC. Voltaria a casar-se em setembro de 1972, quatro meses antes do assassinio do marido, Amílcar Cabral.

A facilidade com que Ana Maria conseguiu divorciar-se no estrangeiro contrasta com a dificuldade sentida por Maria Eduarda Correia. “Por ser mulher, não pude separar-me, apesar de todas as ofensas acontecidas no meu casamento”, indigna-se, na sua casa, em Mira-Sintra. Maria Eduarda chegou a Lisboa, vinda de Sá da Bandeira (Lubango), capital da província de Huíla, em 1959. Filha de



HERBERTO SMITH

colonos brancos, visitava a CEI quase diariamente, mas não se considerava politizada. Se não encontrasse os amigos na associação, “ia até ao [café] Rialva, tomava uma bica e conversava um bocado” – uma ousadia para muitas mulheres. E era essencial estar atenta às “orelhas pidescas”, como lhes chamou Pepetela. O secretismo era tal que a antiga funcionária do Instituto Português da Qualidade só soube do envolvimento político do irmão mais velho depois de o estudante sair do País. “Já perdi a identidade há muito tempo. Quando era mais nova, era a ‘irmã do comandante Jujú’. Agora, sou a ‘tia do [escritor] Ondjaki””, graceja, aos 80 anos. A estudante de Germânicas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, regressou a Angola em 1962. No início dos anos 70, já mãe de três crianças, tentou pedir o divórcio, mas o advogado que contactou disse-lhe que nunca conseguiria ficar com a custódia dos filhos. Nos anos seguintes, procurou outros profissionais que desfiaram a mesma ladainha.

A história de Maria Eduarda não surpreende a investigadora Irene Flunser Pimentel. Desde a assinatura da Concordata de 1940, celebrada entre o Estado português e o Vaticano, os tribunais civis estavam impedidos de dissolver matrimónios católicos. Ora, enquanto aos homens bastava alegar o adultério da mulher para pedir o divórcio, a infidelidade do marido só era motivo válido se provocasse “escândalo público”. Maria Eduarda acabaria por se divorciar apenas após o 25 de Abril.

#### PROGRESSISTAS E MACHISTAS

O conservadorismo da sociedade da época nem sempre ficava à porta da CEI. Aliás, a igualdade de género não era uma prioridade dos movimentos de libertação. “A categoria ‘povo’, ideologicamente mais forte, sobrepôs-se à individualização de homens e de mulheres”, explica Maria do Céu, que, após abandonar Medicina, estudou Sociologia, na Argélia. Em 1969, instala-se em Dolisie, no Congo Brazzaville, na 2ª Região Militar,

1959

Em março, surge nova delegação no Porto – na Rua dos Bragas, nº 284 –, passando a CEI a estar presente em todas as cidades com ensino universitário governadas por Portugal (à exceção de Goa).

1960

É posto a circular o panfleto *Mensagem ao Povo Português*, que denuncia os abusos do colonialismo. A PIDE atribui a autoria à CEI de Coimbra e invade as instalações, situadas na Avenida Sá da Bandeira, nº 54. Uma antiga desavença entre a sede e a delegação coimbrã serve de justificação para uma nova Comissão Administrativa.

1961

No início do ano, o governo encerra a CEI do Porto, alegando não encontrar ninguém de confiança para a dirigir. Entre junho e julho, dezenas de estudantes “ultramarinos”, muitos associados da CEI, fogem clandestinamente de Portugal. Ao fim de sete meses, a Comissão Administrativa deixa de gerir a CEI, sob a condição de a associação apresentar novos estatutos.



JOÃO HENRIQUES



**VIRGÍNIA LIAHUCA**  
87 ANOS – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A então estudante de Enfermagem, grávida de oito meses, participou na célebre Fuga dos Cem. O mais velho dos três filhos (*em cima, à frente*) nasceria em Versalhes, França

dando aulas no Ensino Básico e a quadros do MPLA. Reclama o afastamento da organização um mês antes do 25 de Abril, devido à participação na Revolta Ativa, uma tendência que reivindicava mais democracia dentro do movimento.

“O corpo da mulher era doméstico, o trabalho da mulher era doméstico, as lágrimas da mulher eram domésticas. Não nos convocavam para pensar, convocavam-nos para executar. O trabalho intelectual era-nos negado, mesmo estando a estudar”, acrescenta Maria do Céu. A antiga docente universitária só via uma forma de contrariar esses preconceitos: “Usava minissaia, fumava na rua, ia à praia de biquíni, cozinhava mal e não me interessava pela vida doméstica, todas aquelas coisas que eles consideravam uma provocação.” Os homens ficavam desiludidos quando percebiam que nenhuma delas era sinónimo de “mulher fácil”. Afinal, mesmo no contexto das lutas de libertação, o assédio era, muitas vezes, um comportamento tolerado.



**Não nos convocavam para pensar, convocavam-nos para executar. O trabalho intelectual era-nos negado, mesmo estando a estudar**

MARIA DO CÉU CARMO REIS,  
80 anos

A historiadora Ângela Coutinho identifica processos de “invisibilização” do sexo feminino por parte da oposição antifascista, mas também dos movimentos independentistas. Totalmente na penumbra ficaram todas aquelas mulheres que acolheram militantes em casa, cuidaram dos combatentes, cozinham para quem estava na guerrilha ou passaram informações clandestinas. Ainda assim, defende que o PAIGC, o MPLA e a Frelimo foram dos movimentos africanos mais progressistas. “Houve mulheres eleitas para os órgãos máximos da direção do PAIGC e do MPLA, e a Frelimo teve um destacamento feminino”, ilustra.

A escritora cabo-verdiana Dina Salústio via machismo “em todo o lado”, incluindo na CEI, onde entrou, pela primeira vez, aos 21 anos, em 1962, enquanto estudava na Escola do Magistério Primário de Lisboa. Um dia, teve a ousadia de chamar “machista” a um amigo, dando origem a um episódio caricato. “Ele pensou que eu tinha dito

1962

A CEI solidariza-se com o Luto Académico, na sequência da proibição dos festejos do Dia do Estudante. A sede acolhe diversos encontros da Reunião Interassociações (RIA), presidida por Jorge Sampaio, e facilita a impressão de propaganda. A PIDE invade a CEI e vários dirigentes são interrogados.

1963

É cancelado o financiamento atribuído à CEI, através do Ministério do Ultramar, apesar de a organização ter apresentado novos estatutos no ano anterior – sem responder a todas as exigências das autoridades. Intensifica-se a perseguição à Casa, sobretudo aos sócios com ligações ao PCP.

1964

São detidos vários associados. A CEI é alvo de buscas e os seus dirigentes, com o apoio de associações académicas, apelam ao Ministério do Ultramar para que estes episódios “não se repitam”.

1965

A CEI emite um derradeiro comunicado sobre os desmandos do regime, contestando as invasões das instalações e as detenções de sócios. No início de setembro, a PIDE invade e encerra, definitivamente, a sede lisboeta e a delegação coimbrã.



# Mudar a(s) história(s)

*Outro dos combates femininos contra o regime colonial ocorreu através das palavras. No contexto da CEI, a literatura antecipava a tempestade que sacudiria a ditadura*

“Toda a gente conhece a sina fatal da mulher africana, da última que é última entre os negros, que já são últimos na conceção vulgar dos demais povos de categoria civilizada”, escrevia Alda Espírito Santo (1926-2010), em janeiro de 1949, na *Mensagem*, boletim cultural da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Em *Luas de África*, desconstruía a ideia de um continente exótico e apresentava outra realidade, marcada pelo sofrimento das mulheres, por ela consideradas “duplamente colonizadas”, devido à cor da pele e ao género feminino. A poetisa santomense conseguia, assim, a proeza de escrever um texto simultaneamente feminista, antirracista e declaradamente contra o colonialismo. Em 1953, a notícia do massacre de Batepá – que terá causado cerca de 500 mortos, tornando-se um acontecimento fundacional do nacionalismo santomense – é pormenorizada numa carta enviada pela escritora aos “caros amigos”, entre eles membros da CEI e do Centro de Estudos Africanos (CEA). Ao contrário de Alda Espírito Santo, a angolana Alda Lara (1930-1962) era filha de colonos portugueses, tendo-se estreado logo no primeiro número da *Mensagem*, em julho de 1948. Aos 18 anos, o seu discurso era, ainda, marcado pela narrativa colonialista, mas a poesia da estudante de Medicina foi-se aproximando da realidade dos angolanos – veja-se o poema *Prelúdio* (1951), popularizado pela canção *Mãe Negra*, interpretada por Paulo de Carvalho.

A CEI foi responsável pela edição de várias antologias de poesia de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, hoje essenciais na literatura africana de expressão portuguesa. Entre quase uma centena de autores publicados, menos de 20 são do sexo feminino. Destacam-se a poetisa portuguesa Glória de Sant’Anna (1925-2009), a escritora e jornalista angolana Lília da Fonseca (1906-1991) e a poetisa santomense Manuela Margarido (1925-2007). Os textos destas mulheres ombreavam com os de outros escritores, como José Craveirinha, Luandino Vieira, Rui Knopffli ou Viriato da Cruz. A associação editou, ainda, a coleção *Autores Ultramarinos*. No entanto, nenhum dos 22 livros é assinado por uma mulher; o 23º volume seria o primeiro, da autoria de Noémia de Sousa (1926-2002), a quem Zeca Afonso chamou “mãe de todos os poetas moçambicanos”, mas o encerramento da CEI, em 1965, terá impedido a sua publicação.

‘marxista’ e respondeu ‘com muita honra’. Nem sabia que a palavra machista existia!”, conta, divertida, aos 82 anos, na capital cabo-verdiana.

“A minha mãe dizia que eu parecia um homem por nunca estar em casa”, revela Olga Lacerda Lima, a mulher que “já usava o cabelo à Angela Davis, antes da Angela Davis” [ativista norte-americana, cuja imagem de marca é uma farta cabeleira afro]. Aos 88 anos, a angolana mantém a energia eletrizante da juventude, concentrada nos seus 1,56 metros. “Saía à noite, fumava, bebia e, deixando a modéstia de lado, era giríssima”, atira, desafiadora, antes de acrescentar: “Não era habitual haver pessoas com a minha irreverência.” As críticas, admite, “nunca faltavam”, mas Nené Lacerda, o seu nome de guerra, sempre se “borrifou” para o que os outros pensavam. A sua liberdade também chocava os agentes da polícia política: “Moralmente, consta que a referenciada é dotada de temperamento um tanto leviano, sem que, contudo, tenha um porte realmente escandaloso, fazendo uma vida bastante livre”, escrevia um agente, em março de 1965.

Só no final de 1961, quando já não estudava, Olga tornou-se assídua da sede da CEI – nem todas as associadas eram estudantes do Ensino Superior, algumas ainda frequentavam o liceu, enquanto outras trabalhavam. “Apercebi-me de que era um lugar propício a que a nossa cabeça se desenvolvesse num determinado sentido, mas até ali coexistiam muitas formas de pensar a independência e também havia brancos que não queriam perder o poder”, desmistifica. Olga é contundente: “Tenho a melhor memória da Casa dos Estudantes do Império, apesar de serem as brancas com estudos superiores que contavam. Não me lembro de mulatas ou de pretas que fossem lá ouvidas. Nós só fazíamos número, o costume”, acusa.

Às tantas, começou a nascer-lhe o desejo de juntar-se à guerrilha angolana. Deu então início a uma série de contactos, incluindo com sócios da CEI, que poderiam ajudá-la a sair clandestinamente do País. Os seus planos seriam travados pela PIDE, a 14 de março de 1963. “Passei praticamente sete dias sem dormir. Quando adormecia, fechavam uma gaveta com força para me acordarem”, descreve a antiga funcionária dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa. Ao fim de uma semana de interrogatórios na sede da polícia política, a jovem de 27 anos foi levada para Caxias, onde ficou dois meses. Não

procurou um advogado: “Era preciso dinheiro para isso, e eu não conhecia gente importante. Dava-me com a malta da CEI e já era muito. Só comecei a ter estatuto depois de me casar com o Herberto Helder”, afirma. Após a libertação, desistiu da fuga e regressou a Angola, onde viria a conhecer o poeta. Casaram-se em 1973, e Olga mudou-se definitivamente para Portugal.

“Tenho observado e falado com muitas jovens, e cheguei à confrangedora conclusão [de] que 90% não ocupa, ou porque não saiba, não sinta, ou ainda porque as não deixam, o lugar que lhes pertence”, lamentava a angolana Maryse Taveira, na *Mensagem à Juventude Feminina*, impressa na edição de fevereiro de 1959 do boletim cultural da sede, a *Mensagem*.

Foram vários os apelos dirigidos às sócias publicados pela CEI, que chegou a criar uma secção feminina: “Para discussão de problemas específicos da mulher africana e outros de interesse para toda a mulher”, lia-se na *Mensagem* de janeiro de 1960.

Terá sido o médico angolano Manuel Dias Monteiro, ainda antes de presidir à CEI, a instituir o departamento feminino, muito voltado para a saúde das mulheres. “Nós brincávamos com ele, dizíamos que tinha criado a secção só para conhecer a Kina”, graceja a angolana Guilhermina Gurgel, de 86 anos. “Na verdade, acho que foi por questões éticas que ele avançou, para mostrar que as mulheres também estavam lá”, retifica a antiga estudante de Serviço Social, que cumpriu o sonho de trabalhar no musseque de Sambizanga, em Luanda. Manuel e Gracinda (Kina) Amaral Monteiro viriam mesmo a casar-se no refeitório da CEI, em 1964, onde também se realizou o copo-d’água, oferecido pelos amigos.

Poucas entrevistadas têm memória da secção feminina, sinal de que talvez nunca se tenha imposto, até porque se eclipsam as referências à sua existência na *Mensagem*. No entanto, uma circular arquivada pela PIDE, datada de fevereiro de 1963, publicita um colóquio sobre fisiologia sexual, organizado pela secção feminina de Lisboa. E a independentista angolana Vitória Almeida e Sousa era identificada pela PIDE, em junho de 1965, como diretora do departamento (a então estudante de Medicina esteve detida três anos, entre 1965 e 1967, sendo submetida a torturas várias). Também a delegação de Coimbra criou uma secção feminina, em 1957, então dirigida pela angolana Maria Angélica Pinto da Cruz.



HERBERTO SMITH

### RACISMO INESCAPÁVEL

“Então, Nenê, estás boa?” A angolana Maria Adélia Cohen ficou lívida quando ouviu a pergunta. Afinal, como o inspetor da PIDE, José Barreto Sacchetti, conhecia a sua alcunha? “Eu sabia quem ele era, mas nunca me passou pela cabeça que ele soubesse o meu *petit nom*”, confessa, aos 80 anos, em Lisboa, perdoando a ingenuidade adolescente. Naquele dia, a futura docente do Ensino Superior tinha ido aos calabouços da PIDE, em Coimbra, visitar um dos companheiros da CEI, o angolano Daniel Chipenda, detido em junho de 1961.

Há muito que os sócios da delegação coimbrã estavam sob a mira de Sacchetti, futuro diretor dos Serviços de Investigação da polícia política. A forte presença de estudantes ligados ao MUD Juvenil e a estreita ligação com o Ateneu de Coimbra – “agremiação essencialmente comunista” – contribuíam para a má fama.

A *Mensagem ao Povo Português*, posta a circular em novembro de 1960, denunciava a violência exercida nas co-

### MARIA DA LUZ “LILICA” BOAL 89 ANOS – CABO VERDE

Trabalharia de perto com Amílcar Cabral, sendo diretora de um dos seus projetos mais queridos, a escola-piloto do PAIGC, na Guiné-Conacri (*em cima*)

## Nós, os mestiços, nunca fomos muito bem tratados. Éramos portugueses só no papel

MARIA ILDA TELES CARREIRA,  
82 ANOS

lónias e exigia a autodeterminação dos povos, sem eufemismos. O manifesto estava em nome dos “estudantes universitários representando as colónias”. A PIDE identificou um carimbo dos correios de Coimbra na missiva e não teve dificuldade em atribuir a autoria à delegação daquela cidade. Os estudantes mobilizaram-se rapidamente e subcreveram um abaixo-assinado, no qual se contestava uma segunda Comissão Administrativa imposta à CEI. Entre os cerca de 70 signatários, menos de uma dezena eram mulheres. Uma delas era a angolana Maria Ilda Teles Carreira. “Não tive hesitações no momento de assinar, já tinha uma certa consciência nacionalista e sentia-me protegida pela força do grupo”, reflete, aos 82 anos. Filha de funcionários coloniais angolanos, teve uma passagem fugaz pela delegação de Coimbra, em 1961, antes de integrar a célebre fuga (*ver caixa: Salto para a Independência*). Recebeu treino de autodefesa na Zâmbia, trabalhou na rádio ao serviço do MPLA (experiência que contribuiu para a carreira de jornalista radiofónica) e também pertenceu à Organização da Mulher Angolana. Maria Ilda sentia a desigualdade na pele: “Nós, os mestiços, nunca fomos muito bem tratados. Éramos portugueses só no papel.”

As entrevistadas são unânimes na descrição de turmas praticamente monocromáticas, ao longo do seu percurso escolar, ou seja: os colegas não brancos eram a exceção. Basta lembrar que até à abolição do Estatuto do Indigenato, em 1961, não eram reconhecidos direitos de cidadania plena aos “indígenas” africanos; eram alvo de impostos especiais, viam os seus direitos de propriedade muito condicionados e ficavam vulneráveis ao trabalho forçado, entre outras humilhações. “A discriminação estava inscrita no ato de nascimento”, constata o historiador Miguel Bandeira Jerónimo. O estatuto de “assimilado”, atribuído aos “indígenas” que provassem ser “civilizados”, tal como definia o Estatuto do Indigenato, implicava, por exemplo, falar a língua portuguesa, concluir o 1º ciclo do liceu ou abandonar práticas tradicionais e adotar o estilo de vida português.

Em contrapartida, entre outros benefícios, os “assimilados” podiam ascender ao funcionalismo público (ainda que, sobretudo, a escalões inferiores), e os seus filhos tinham acesso às escolas do Estado, embora continuassem a não usufruir dos mesmos direitos dos portugueses nascidos na “metrópole” ou de filhos de pais “metropolitanos”. “Só um



# Salto para a independência

No verão de 1961, 60 estudantes dos territórios colonizados fugiram clandestinamente de Portugal para se juntarem às lutas de libertação – entre eles havia cerca de uma dezena de mulheres

“Pelé! Pelé!”, gritavam os foliões ao vislumbrarem jovens negros através das janelas dos dois automóveis que avançavam em marcha lenta por entre a multidão. Embora não soubessem, assistiam a uma missão ultrasecreta. Os motoristas pretendiam transportar, com a maior discrição possível, dois grupos de estudantes africanos até à fronteira portuguesa. Contudo, os pastores protestantes por detrás desta fuga não estavam a par do calendário das festas populares portuguesas. Naquela noite de 23 de junho de 1961, apesar de já passar da meia-noite, as ruas de Braga continuavam inundadas de pessoas que celebravam o São João. Foi necessário afastar aquele mar de gente, à semelhança do episódio bíblico da travessia do mar Vermelho, descreve o pastor norte-americano Charles Harper num livro que escreveu sobre a aventura com outro companheiro de viagem, o pastor William J. Nottingham, ambos ligados à Cimade, uma ONG francesa com vasta experiência em resgate clandestino de refugiados.

Maria Ilda Teles Carreira, então com 19 anos, seguia num dos automóveis, mas não se apouquentou. “Tínhamos um certo espírito de aventura”, admite a angolana, que abandonava o curso de Engenharia Química na Universidade de Coimbra. Além disso, o irmão mais velho, Henrique “Iko” Teles Carreira – desertor do Exército português e futuro ministro da Defesa de Angola –, seguia na mesma viagem, fazendo-a sentir-se protegida.

Após o início da guerra colonial em Angola, em março de 1961, agudizou-se a hostilidade da população contra os africanos

residentes na “metrópole”. A vigilância da PIDE também se tornou mais opressiva. Ao mesmo tempo, alguns rapazes das colónias temiam ser mobilizados e obrigados a combater ao lado do Exército português. A solução, para muitos, era abandonar o País. Neste contexto, surgiu o apelo do MPLA, que contava com antigos sócios da Casa dos Estudantes do Império (CEI) na liderança, no sentido de os alunos mais politizados se juntarem à luta pela independência. No entanto, o movimento não dispunha de meios para concretizar uma missão tão arriscada. Coube a representantes do Movimento dos Estudantes de Angola (MEA), que germinara na CEI, procurar apoio. Após um contacto com o bispo metodista de Frankfurt e com o Conselho Mundial de Igrejas, de raiz protestante, os estudantes conseguiram o auxílio necessário através da Cimade. Estava aberto o caminho para a *Operação Angola*.

As fugitivas foram uma minoria, naquela que ficaria conhecida como a “Fuga dos Cem” – contabilizando saídas legais e ilegais de Portugal, ao longo de 1961 e 1962. Muitas das pessoas que partiam frequentavam a CEI, tal como constatou a PIDE: “A CEI funcionava, em Lisboa, como o principal centro recrutador.” Mas o grupo também incluía estudantes de Coimbra e do Porto. A *Operação Angola* seria “infiltrada” por estudantes independentistas, originários de Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e a maioria não era protestante.

Um primeiro grupo de 19 estudantes atravessou a fronteira luso-espanhola, perto



A ASSOCIAÇÃO TCHIVEKA DE DOCUMENTAÇÃO

▲ **Operação Angola**  
Maria Ilda Teles Carreira (em baixo, ao centro) foi uma das poucas mulheres que integraram a Fuga dos Cem

de Monção, a 16 de junho de 1961. No dia 20, chegou a Irún, Espanha, e conseguiu entrar em França por Hendaia. Outros 41 estudantes, divididos em três grupos, deram o salto para Espanha entre 23 e 28 de junho, reunindo-se em Paris a 2 de julho. A operação secreta, porém, não esteve isenta de contratempos: acidentes de viação, travessias em botes periclitantes no rio Minho, um contrabandista que não apareceu na data do salto para o país vizinho e, até, uma inesperada detenção na fronteira franco-espanhola quase deitaram tudo a perder. Para Maria da Luz Boal, de 89 anos, o momento mais difícil

aconteceu meses antes de partir. Ao anteciparem que, em breve, teriam de sair do País, a cabo-verdiana e o marido, o médico angolano Manuel Rodrigues Boal, autorizaram a avó materna a levar a neta para Cabo Verde. Sara tinha 17 meses. Os pais só voltariam a vê-la aos 5 anos. Já Virgínia Liahuca, natural de São Tomé, não era politizada e estava longe de imaginar que o marido viria a pertencer à União das Populações de Angola (UPA). Só sabia que o médico angolano ouvia rádios clandestinas na telefonia lá de casa e que tinha amigos revolucionários, na sua maioria sócios da CEI. Quando José Liahuca lhe confessou que iam fugir do País dentro de poucos dias, a reação da então estudante de Enfermagem foi imediata: “Como?! Se eu estou grávida de oito meses...”

Fazendo-se passar por turistas religiosos de países africanos francófonos, os estudantes viajavam com passaportes falsos. “Quando entrámos num autocarro em Espanha para fazermos a viagem até França, começaram todos a cantar em quimbundo e noutras línguas, mas eles deviam era falar francês, foi demais”, recorda, aos 87 anos, a antiga enfermeira do centro de saúde da Lourinhã, antes de soltar uma gargalhada. O mais bem-comportado do grupo, assegura, era Johnny Vieira Lopes, que ainda nem tinha celebrado 3 anos. À VISÃO, aos 65, confirma que lhe deram soníferos durante a viagem para evitar que chorasse ou falasse português. Os pais, o angolano João Vieira Lopes e a cabo-verdiana Virgínia Vieira Lopes, membros emblemáticos da CEI, esconderam os passaportes verdadeiros de uma série de fugitivos na sua falda – e nem todos chegaram nas melhores condições ao destino...

O grupo de 41 fugitivos acabou por levantar suspeitas na fronteira franco-espanhola e foi detido. Virgínia partilhava a cela com a angolana Mimosa Rodrigues, que implorava para que o bebé da companheira não nascesse ali. Para desagrado de Salazar, seriam todos libertos no dia seguinte. As diplomacias norte-americana e francesa terão desbloqueado a situação. O bebé Nendela Liahuca nasceria menos de um mês depois, em Versalhes, a 29 de julho de 1961.



DIANA TINOCO

**AIDA FREUDENTHAL**  
83 ANOS – MOÇAMBIQUE

A historiadora considera a CEI uma espécie de “ensaio para a democracia”, já que todos os sócios tinham os mesmos direitos

conjunto diminutíssimo de indivíduos beneficiava de serviços educativos”, afirma o professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E o desequilíbrio de género era evidente: no ano letivo de 1960/1961, apenas 29,1% dos universitários eram do sexo feminino.

Helena Wakim Moreno considera que os estudantes que frequentavam a CEI pertenciam, de alguma forma, a uma elite. “Não quer dizer que fossem de uma elite económica, mas, pelo menos, eram de uma elite cultural”, defende a autora da tese de doutoramento *Intelectuais de Angola na Casa dos Estudantes do Império: Itinerâncias, Mediações e Redes de Apoio* (Lisboa, 1944–1965).

“Na Casa, todos os sócios tinham os mesmos direitos, era um ensaio para a democracia”, observa Aida Freudenthal, antiga investigadora no Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa, onde mora. A maior parte das entrevistadas afirma não ter vivido ou presenciado episódios de racismo na CEI. Aida é mais prudente: “Não era por termos saído das nossas terras, onde crescemos a ver racismo todos os dias, que alguns desses preconceitos não estavam cá, mesmo sem darmos conta.” Nascida em Moçambique, cedo teve noção do seu privilégio – o pai pertencia à Marinha e a mãe era dona de casa. “Beneficiávamos de privilégios que os negros não tinham. Os europeus eram sempre privilegiados, mesmo quando eram pés-descalços”, reconhece a historiadora.

“Foi criada a delegação do Porto da Casa dos Estudantes do Império”, anunciava o *Jornal de Notícias*, discretamente, na edição de 15 de março de 1959. No mês seguinte, já a PIDE andava em busca de informações acerca dos dirigentes da sua mais recente dor de cabeça. Entre eles estava a jovem estudante de Medicina, Maria do Rosário Vieira Monteiro. Aos 23 anos, fora eleita 2ª secretária da assembleia geral. “Senti uma alegria tremenda quando a gente conseguiu arranjar aquele ‘chaço’ de casa”, revela aos 88 anos. “Era na Rua dos Bragas, lembro-me perfeitamente”, acrescenta a irmã mais nova, Maria Júlia Monteiro Jaleco, de 81 anos, também estudante na Universidade do Porto, mas de Ciências Biológicas.

Nascidas na vila de Chibia, na província de Huíla, sul de Angola, ambas ingressaram no Ensino Superior com o apoio de bolsas de estudo, à semelhança de muitas das entrevistadas da VISÃO. Sentada na sala de estar da irmã, em Coimbra, Maria do Rosário puxa de um cigarro e dispara: “Quando havia necessidade de alguém que batesse o pé, propunham-me a mim.”

Aquando da imposição da segunda Comissão Administrativa à CEI, o regime alegou não ter encontrado ninguém de confiança capaz de gerir a delegação do Porto e, como era a mais recente, encerrou-a em janeiro de 1961. Quando se especializou em Medicina Tropical em Lisboa, Maria do Rosário ocupou o cargo de secretária do Conselho Fiscal no ano letivo de 1962/1963, mas o desgosto pelo fecho do Porto manteve-se.

Outras mulheres desempenharam cargos relevantes na CEI, como a moçambicana Maria Leonor Correia de Matos (vice-presidente da direção-geral), a cabo-verdiana Orlanda Amarílis (dirigente da biblioteca), a goesa Celme Cruz (secretária da assembleia geral), a moçambicana Francisca Barreto (uma

▼ **Aprendizagem** “Onde há cultura, há política”, afirma Esperança Dias de Sousa, que viveu na casa da tia Andreza, onde funcionava o Centro de Estudos Africanos



DIANA TINOCO

## O mítico 37

*A Casa dos Estudantes do Império não era o único espaço de “socialização política” dos africanos na “metrópole”. Havia outros onde a presença feminina era, até, mais evidente*

Esperança Dias de Sousa arrependeu-se no minuto seguinte a ter aberto a porta, bastou os visitantes mostrarem-lhe o crachá da PIDE. Apesar de só ter 12 anos, em 1954, a polícia política já não era uma novidade para ela. Ocasionalmente, a família conseguia antecipar as investidas, como naquela noite em que os primos mais velhos mergulharam livros e panfletos proibidos na banheira, até de madrugada, para amolecer o papel e conseguirem deitá-los pela retrete. “Toda a vida fomos perseguidos naquela casa”, lamenta-se a portuguesa de origem santomense, aos 81 anos. Não se tratava de uma casa qualquer. Esperança Dias de Sousa vivia no nº 37 da Rua Actor Vale, em Lisboa, onde funcionava o Centro de Estudos Africanos (CEA), especialmente ativo entre 1951 e 1954. Esta agremiação clandestina pretendia contribuir para a “reafricanização dos espíritos”, nas pala-

bras de Amílcar Cabral. A anfitriã era a tia, Andreza Graça Espírito Santo, que abandonara a carreira de professora auxiliar em São Tomé para acompanhar os sobrinhos que estudavam na “capital do império”. Ali, também vivia a prima Alda Espírito Santo, poetisa, professora e ativista santomense. O grupo fundador do CEA integrava Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, assim como a moçambicana Noémia de Sousa, além de Alda Espírito Santo, ambas responsáveis por um dos seminários (sobre Pensamento Negro) organizados pelo CEA. Muitos eram frequentadores assíduos da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Outras presenças femininas regulares eram Julieta Espírito Santo (também prima) e a transmontana Maria Helena Vilhena Rodrigues, a primeira mulher de Amílcar Cabral. Os almoços de domingo,

em que não faltavam iguarias santomenses, camuflavam muitos dos encontros políticos. Esperança seria detida para interrogatório no final de 1960, na sequência de ter acompanhado a tia Andreza ao aeroporto de Lisboa para se despedirem do médico Agostinho Neto, que então fazia escala na capital a caminho do desterro em Cabo Verde. A PIDE identificou “grande número de africanos brancos, mestiços e negros”, devido à sua “ostensiva manifestação de despedida”, e sublinhou que, entre eles, estavam vários sócios da CEI, que desenvolviam “grande atividade a favor da independência das Províncias Ultramarinas”. Esperança costumava ir às palestras organizadas na CEI, onde se cruzou com a guineense Ana Maria Cabral. A amizade com a viúva de Cabral mantém-se até hoje. “Eu é que a apresentei ao Amílcar”, sussurra, orgulhosa, em sua casa, na Amadora.

das responsáveis pela reorganização da biblioteca, em 1957) ou as angolanas Inácia de Oliveira (diretora da *Mensagem*) e Astrid de Carvalho (secretária da assembleia geral, detida durante um ano em Caxias). Todavia, menos de uma dezena teve cargos de direção e nenhuma foi presidente da CEI.

### DESAPARECIMENTO ESTREPITOSO

“Os acontecimentos do Dia do Estudante de 62 são uma lição”, escrevia-se num editorial da *Mensagem* desse ano turbulento. A CEI solidarizou-se com os protestos contra a proibição dos festejos do Dia do Estudante e aderiu ao Luto Académico. Aida Freudenthal seria uma das cerca de 90 raparigas detidas, quando a polícia interrompeu com violência a greve de fome organizada pelos alunos, no início de maio, na cantina universitária de Lisboa. Ao todo, foram presas perto de mil pessoas. “Não fiz greve de fome, mas andava lá a prestar apoio aos colegas”, diz. Não chegaria a ser interrogada, mas passou uma noite detida.

Com as lutas estudantis ao rubro e a Guerra Colonial em curso, a vigilância da CEI agravava-se. “Costumava estar à porta um pide, que nos obrigava a abrir a mala antes de entrar”, lembra Maria Eduarda, também detida na Cidade Universitária. A direção da CEI teve a ousadia de enviar um telegrama à polícia política, datado de 23 de maio de 1962, no qual protestava “energicamente contra o espetáculo indecoroso e vexatório motivado pela presença de agentes da PIDE há dois dias à porta da nossa associação revistando sócias respeitadas”. A resposta à provocação não tardou. No dia seguinte, a polícia política invadiu a Casa, interrogou os dirigentes e apreendeu propaganda.

Durante o período mais quente da crise académica, a CEI alberga muitos encontros da Reunião Interassociações (RIA). É no sótão do nº 23 da Duque D’Ávila que, pela calada da noite, são redigidos e impressos vários manifestos da RIA, dirigida pelo futuro Presidente da República, Jorge Sampaio.

Rute Magalhães, sócia nº 428 da CEI, cedo se envolveu no ativismo académico. “Ainda era uma miúda, mas era toda vivaça”, afirma, aos 79 anos, em Lisboa. Na CEI, pertenceu às secções Editorial e de Estudos Ultramarinos. Filha de colonos, deixou Portugal e foi viver para Malanje (Angola), aos 5 anos. Chegou a traduzir comunicados do MPLA de francês para português e a policopiá-los secretamente dentro da



CARLOS CÉSAR



CEI – alguns viriam a ser enviados em caixas de sapatos para Angola. Também os presos políticos do Tarrafal recebiam cartas e encomendas suas.

O ano de 1965 voltaria a ser de repressão dos universitários, e a então estudante de Engenharia Química, no Instituto Superior Técnico, ficaria excluída de todas as escolas nacionais por seis meses, à semelhança de outra meia centena de alunos. Não conseguiria escapar à prisão, em 1968, por suspeita de “atividades subversivas”. Libertaram-na ao fim de duas semanas em Caxias, e decidiu inscrever-se num curso de que gostava verdadeiramente: História. Tal como Aida Freudenthal, seria uma das coautoras da reformulação dos currículos e dos manuais escolares do Ensino Secundário da disciplina de História da Angola independente.

Apesar de estar enclausurado no campo de concentração do Tarrafal, Luandino Vieira, um dos sócios pontuais, terá contribuído, inadvertidamente, para o encerramento da associação. A CEI já havia distinguido o escritor angolano, em 1962, com o Prémio João

**MARIA DO CÉU CARMO REIS**  
80 ANOS – ANGOLA

Após concluir o curso de Sociologia, na Argélia, a angolana juntou-se à luta pela libertação, tendo como principal ocupação o ensino de jovens e adultos

**Não era por termos saído das nossas terras, onde crescemos a ver racismo, que alguns desses preconceitos não estavam cá**

AIDA FREUDENTHAL,  
83 anos

Dias. Em maio de 1965, porém, a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) atribuiu-lhe o Grande Prémio de Novelistica pelo livro de contos *Luanda*. Rute Magalhães começou por confirmar que o livro poderia ser submetido a concurso e, mais tarde, acompanhou Carlos Ervedosa, então presidente da CEI, na entrega de alguns exemplares ao escritor Manuel Ferreira, que os fez chegar ao júri do prémio. A estudante foi uma das várias pessoas interrogadas na sequência deste episódio, que levaria ao encerramento da SPE. Nos autos da PIDE, é apresentada como responsável pela secção de Estudos Ultramarinos da CEI. Curiosamente, um dos mais ativos contestatários da atribuição do prémio a Luandino era o sócio Mário António Fernandes de Oliveira, provando a heterogeneidade da Casa.

Entretanto, em 1962, os Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique haviam sido formalizados e, desde janeiro de 1963, o Ministério do Ultramar deixara de subsidiar a CEI. Um relatório secreto do Ministério do Ultramar, de março de 1965, defende que se acabe “de uma vez para sempre com os agitadores da CEI”. No sentido de conferir uma aparência de legalidade ao encerramento, em agosto de 1965 as autoridades determinam que a organização ficava impedida de funcionar por não estar associada a uma instituição de Ensino Superior. Na verdade, os sócios já haviam admitido que preferiam a extinção a sobreviver amordaçados. “No dia 2 de setembro de 1965, pelas oito horas, um importante contingente da PIDE, apoiado por uma brigada armada da polícia de segurança pública, invadiu e ocupou a Casa dos Estudantes do Império. [...] A partir daquele momento, a Casa dos Estudantes do Império deixara de existir”, lia-se num derradeiro apelo dos sócios.

Aida Freudenthal soube do encerramento poucos dias após chegar a Luanda, onde viveu com o marido, o angolano Percy Freudenthal, que conheceu na CEI. “Já estávamos à espera de que [isso] acontecesse. Foi triste...”, lamenta, reiterando que a CEI alterou o rumo da sua vida.

Desde o seu encerramento, foram muitas as conquistas democráticas, particularmente ao nível da igualdade de género, mas Maria do Céu deixa um alerta: “Num instante, as coisas voltam para trás, basta uma fração de segundos. As novas gerações têm a responsabilidade de apontar o caminho a seguir.” Inspiração não lhes deverá faltar. ■

visao@visao.pt





**As donas da Casa** ..... 42

Pela Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, passaram grandes figuras da luta pela independência, mas também uma minoria de estudantes do sexo feminino que desafiava a sociedade bafienta da época. É tempo de ouvir as mulheres (in)visíveis

BOLSA DE  
INVESTIGAÇÃO  
GULBENKIAN

# GRANDE REPORTAGEM

## A HISTÓRIA DAS RESISTENTES ESQUECIDAS

AS MULHERES QUE AJUDARAM A FAZER UMA REVOLUÇÃO NA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

